




AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF: nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Prêmios emitidos: Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2014 R\$ 2.235,5 milhões, aumento de R\$ 410,8 milhões ou 22,5% em relação aos R\$ 1.824,7 milhões do ano anterior. **Despesas administrativas e com tributos:** As despesas administrativas totalizaram em 2014 R\$ 175,3 milhões, com aumento de R\$ 32,5 milhões ou 22,7% sobre o montante de R\$ 142,8 milhões em 2013. Essa variação deve-se principalmente pelo aumento de R\$ 30,3 milhões ou 40,7% das despesas de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do conglomerado, e parcialmente pelo aumento de R\$ 6,0 milhões ou 17% com pessoal próprio em função do aumento por acordo coletivo e crescimento de 7,9% no quadro de funcionários, devido à expansão dos negócios. As despesas com tributos totalizaram em 2014 R\$ 44,3 milhões, com aumento de R\$ 9,4 milhões ou 26,9% sobre o montante de R\$ 34,9 milhões em 2013. **Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram em 2014 R\$ 205,9 milhões, com um aumento de R\$ 67,7 milhões, ou 49% em relação aos R\$ 138,2 milhões em 2013 devido a: (i) as receitas com aplicações financeiras totalizaram em 2014 R\$ 130,6 milhões, com um aumento de R\$ 59,6 milhões, ou 83,9% em relação aos R\$ 71,0 milhões em 2013, que decorre do aumento da taxa efetiva para 11,1% em 2014 em relação aos 7,2% em 2013, e pelo aumento de 17,4% nas aplicações financeiras médias para R\$ 1.175,4 milhões em 2014, em relação aos R\$ 1.001,4 milhões em 2013 e (ii) as outras receitas financeiras totalizaram R\$ 75,3 milhões em 2014, com aumento de R\$ 8,1 milhões, ou 12,5% em relação aos R\$ 67,2 milhões em 2013.

As despesas financeiras totalizaram em 2014 R\$ 16,0 milhões, com um aumento de R\$ 6,3 milhões, ou 64,9% em relação aos R\$ 9,7 milhões em 2013. **Índice combinado:** O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e despesas com tributos, sobre prêmios ganhos), em 2014 foi de 91,7%, aumento de 1,2 pontos percentuais em relação aos 90,4% do ano anterior. Este aumento decorre, principalmente, do aumento de 1,1 pontos percentuais no índice de sinistralidade para 62,7% em 2014, em relação aos 61,6% do ano anterior, do aumento de 0,1 ponto percentual no índice de despesas de comissionamento, para 18,1% em 2014, em relação aos 18,0% do ano anterior, e pela redução de 0,2 ponto percentual no índice de despesas administrativas e com tributos, para 10,9% em 2014, em relação aos 11,0% do ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2014 foi de 82,3%, redução de 0,4 pontos percentuais em relação aos 82,8% do ano anterior. **Lucro líquido do período:** O lucro líquido totalizou em 2014 R\$ 162,8 milhões, registrando um aumento de 13,3% sobre os R\$ 143,6 milhões obtidos em 2013. **Distribuição de dividendos:** De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **Reorganização societária:** Em 18 de dezembro de 2014, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o ingresso da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais como acionista da Companhia, por meio de aporte de capital no montante de R\$ 253,1 milhões em bens imóveis e terrenos, passando assim a deter 30,66% participação no capital social da Companhia. Sua controladora, Porto Seguro S.A. passou a deter 69,14% de participação no capital da Companhia. **Perspectivas:** No ano de 2014, em meio às incertezas

associadas ao processo eleitoral, a atividade econômica brasileira mostrou baixo crescimento afetada pela deterioração dos índices de confiança das famílias e empresários, o que por sua vez gerou uma gradual mas persistente desaceleração do ritmo de expansão do consumo bem como um declínio acentuado do investimento fixo. Esse quadro não deve mostrar grandes alterações nos primeiros meses de 2015, podendo haver uma gradual retomada, heterogênea entre os diversos segmentos da economia, apenas a partir de meados do segundo semestre deste ano. A despeito do baixo crescimento do PIB, a inflação medida pelo IPCA encerrou o ano muito próximo do teto da banda. Esse quadro forçou o Copom a retornar ao final do ano o ciclo de aperto monetário interrompido no início de abril, movimento esse que deve se estender para o início de 2015, sobretudo em função da perspectiva de manutenção de uma inflação elevada em função da correção dos chamados preços administrados. Por outro lado, há mais de uma década, o ritmo de crescimento do setor de seguros tem se mostrado bem mais acelerado do que a evolução do PIB. Os prêmios totais de seguros do mercado cresceram 10,8% no ano (dados até dezembro de 2014), ratificando o potencial de expansão do setor, que apresenta ainda uma baixa penetração no Brasil. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2015
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	2014	2013
Prêmios emitidos		2.235.540	1.824.792
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	(217.052)	(189.084)
Prêmios ganhos	21	2.018.488	1.635.708
Receitas com emissão de apólices		4.311	3.242
Sinistros ocorridos	22	(1.264.944)	(1.007.841)
Custos de aquisição	23	(366.880)	(294.499)
Outras receitas e despesas operacionais	24	(85.455)	(43.580)
Resultado com resseguro		(1.654)	2.865
Receitas com resseguro		—	2.876
Despesas com resseguro		(1.654)	(11)
Despesas administrativas	25	(175.348)	(142.857)
Despesas com tributos	26	(44.336)	(34.992)
Resultado financeiro	27	189.801	128.447
Resultado patrimonial		3.470	2.707
Resultado operacional		277.453	249.200
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(38)	(20)
Resultado antes dos impostos e participações		277.415	249.180
Imposto de renda	8.3	(59.287)	(54.308)
Contribuição social	8.3	(35.601)	(32.477)
Participações sobre o lucro		(19.767)	(18.767)
Lucro líquido do exercício		162.760	143.628
Quantidade de ações (mil)		25.943.605	17.990.140
Lucro líquido por ação - R\$		6,27	7,98

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	162.760	143.628
Outros resultados abrangentes	3.354	1.069
Ajustes de títulos e valores mobiliários (*)	5.342	1.215
Efeitos tributários	(2.137)	(850)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	249	(343)
Efeitos tributários	(100)	137
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	166.115	144.697
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	166.115	144.697

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas	2.255.592	1.862.475
Receitas com operações de seguros	2.235.540	1.824.792
Outras	15.256	39.983
Redução ao valor recuperável	4.796	(2.301)
Variações das provisões técnicas	(217.052)	(189.084)
Operações de seguros (*)	(217.052)	(189.084)
Receita líquida operacional	2.038.540	1.673.391
Benefícios e sinistros	(1.266.598)	(1.004.965)
Sinistros (*)	(1.266.598)	(1.004.965)
Insumos adquiridos de terceiros	(595.630)	(474.762)
Materiais, energia e outros	(214.002)	(167.234)
Serviços de terceiros, comissões líquidas (*)	(418.985)	(346.412)
Variação das despesas de comercialização diferidas	37.357	38.884
Valor adicionado bruto	176.312	193.664
Depreciação e amortização	(2.828)	(2.330)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	173.484	191.334
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	205.907	138.246
Receitas financeiras	205.878	138.230
Resultado de equivalência patrimonial	29	16
Valor adicionado total a distribuir	379.391	329.580
Distribuição do valor adicionado	379.391	329.580
Pessoal	55.590	49.123
Remuneração direta	23.070	19.182
Benefícios	30.414	27.336
F.G.T.S.	2.106	2.205
Impostos, taxas e contribuições	144.540	126.558
Federais	144.215	126.279
Estaduais	147	115
Municipais	178	164
Remuneração de capitais de terceiros	16.501	10.272
Juros	16.077	9.783
Aluguéis	424	489
Remuneração de capitais próprios	162.760	143.627
Juros sobre o capital próprio	22.500	18.200
Dividendos	74.515	33.665
Lucros retidos do exercício	65.745	91.762

(*) Os valores apresentados estão líquidos de resseguro.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela SUSEP, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 483/14, e de acordo também com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela SUSEP, no que não contrariam as disposições contidas na circular.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas serão apresentadas até 15 de março de 2015, conforme facultado pela SUSEP. Contudo, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro foram apresentadas pela sua controladora Porto Seguro S.A., conforme previsto na Circular SUSEP nº 483/14, em 31 de dezembro de 2014 a Companhia optou por apresentar a Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto. Dessa forma, a demonstração de 31 de dezembro de 2013, previamente apresentada pelo método direto, está sendo representada.

2.1.2 Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

• A Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627/13), promoveu alterações no IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, com vigência para 1/1/2015, permitindo ao contribuinte adesão às novas regras já em 2014, de forma irretroativa. A Lei dentre outros assuntos, tratou especialmente: (i) em harmonizar a legislação tributária com os critérios e procedimentos contábeis introduzidos pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, (ii) a extinção do Regime Tributário de Transição - RTT, (iii) novas regras de tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil com relação aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas, (iv) alterações na forma de utilização do ágio.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Circulante		1.305.914	1.510.923	Circulante		1.644.816	1.343.911
Disponível		18.746	19.949	Contas a pagar		142.054	122.209
Caixa e bancos		18.746	19.949	Obrigações a pagar	13.1	83.537	73.023
Equivalentes de caixa	5	69.747	77.136	Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	42.638	33.628
Aplicações	6.1.1	448.211	802.543	Encargos trabalhistas	13.3	2.593	2.165
Créditos das operações com seguros e resseguros		528.987	413.061	Impostos e contribuições		11.781	11.878
Prêmios a receber	7.1	528.720	412.881	Outras contas a pagar		1.505	1.515
Operações com resseguradoras		267	180	Débitos de operações com seguros e resseguros	14	75.648	60.819
Outros créditos operacionais		13.427	9.323	Prêmios a restituir		122	89
Ativos de resseguro - provisões técnicas		1.760	3.640	Corretores de seguros e resseguros		62.386	48.553
Títulos e créditos a receber		742	808	Outros débitos operacionais		13.140	12.177
Títulos e créditos a receber		438	499	Depósitos de terceiros	15	11.039	13.597
Créditos tributários e previdenciários	8.1	84	57	Provisões técnicas - seguros		1.414.447	1.145.717
Outros créditos		220	252	Danos	16.1	1.411.411	1.142.582
Outros valores e bens		28.926	26.944	Pessoas	16.2	3.036	3.135
Bens a venda	10	28.660	26.342	Provisões técnicas - previdência complementar	17	1.628	1.569
Outros valores		266	602	Planos bloqueados		1.628	1.569
Despesas antecipadas		1.761	1.269	Passivo não circulante		95.445	87.613
Custos de aquisição diferidos	11	193.607	156.250	Contas a pagar		11.132	9.477
Seguros		193.607	156.250	Obrigações a pagar	13.1	1.519	1.210
Ativo não circulante		999.660	398.563	Tributos diferidos	8.2.2	9.613	8.207
Realizável a longo prazo		713.436	365.944	Outras contas a pagar		—	60
Aplicações	6.1.2	578.820	239.172	Outros débitos		84.313	78.136
Outros créditos operacionais		3.047	—	Provisões judiciais	18	84.313	78.136
Títulos e créditos a receber		131.416	126.636	Patrimônio líquido	19	565.313	477.962
Títulos e créditos a receber		209	209	Capital social		235.000	200.000
Créditos tributários e previdenciários	8.1	42.542	42.917	Aumento de capital (em aprovação)		253.173	—
Depósitos judiciais e fiscais	9	82.818	77.406	Reservas de reavaliação		3.554	3.648
Outros créditos operacionais		5.847	6.104	Reservas de lucros		78.567	275.940
Despesas antecipadas		153	136	Ajustes de avaliação patrimonial		(4.981)	(1.626)
Investimentos		9.413	9.571				
Participações societárias		716	688				
Imóveis destinados à renda		8.697	8.883				
Imobilizado	12	275.904	22.256				
Imóveis de uso próprio		233.804	14.307				
Bens móveis		8.196	7.332				
Outras imobilizações		33.904	617				
Intangível		907	792				
Outros intangíveis		907	792				
Total Ativo		2.305.574	1.909.486	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.305.574	1.909.486

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto para informação sobre dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de capital de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de avaliação patrimonial/Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012		180.000		14.323	3.742	20.547	154.214	(557)		372.269
Aumento de capital:										
AGO/E de 28/03/2013		20.000		(14.323)	—	—	(5.677)	—	—	—
Reserva de reavaliação									94	94
Realização parcial por depreciação	19 b	—	—	—	(94)	—	—	(1.069)	—	(1.069)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	—	—	143.628	143.628
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	7.181	—	—	(7.181)	—
Reserva legal	19 c	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos mínimos		—	—	—	—	—	—	—	(18.666)	(18.666)
Dividendos - R\$ 1,04 por ação		—	—	—	—	—	—	—	—	—
Juros sobre capital próprio - R\$ 1,01 por ação ordinária (R\$ 0,86 líquido de IR)		—	—	—	—	—	—	—	(18.200)	(18.200)
Reservas estatutárias	19 c	—	—	—	—	—	84.675	—	(84.675)	—
Dividendos adicionais propostos	19 d	—	—	—	—	—	15.000	—	(15.000)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2013		200.000			3.648	27.728	248.212	(1.626)		477.962
Distribuição de dividendos adicionais (R\$ 1,67 por ação)		—	—	—	—	—	(30.000)	—	—	(30.000)
Aumento de capital										



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF: nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros
(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

A Companhia classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrer.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

- Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado, quando a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 Ativos de resseguro

Os ativos de resseguro são os valores a receber de resseguradores e os valores das provisões técnicas de resseguro (ativo), avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a serem pagos a resseguradores são compostos por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de vigência do risco dos contratos.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores.

2.6 Análise de recuperação de ativos ("impairment")
2.6.1 Empréstimos e recebíveis (clientes)

A Companhia avalia constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Base histórica de perdas e inadimplência.
- Dificuldade financeira significativa pelo segurado em razão de desemprego.
- Quebra de contratos, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou do principal.

- Indicações de que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa de um grupo de ativos, embora essa redução não possa ser atribuída de forma individual para os ativos.

Para avaliação de "impairment" de ativos financeiros classificados nesta categoria, a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, a Companhia os inclui em um grupo de ativos com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, categoria da operação de crédito, "ratings" internos, etc.) e os testa em uma base agrupada. Para o teste agrupado, a Companhia utiliza a metodologia conhecida como "modelo de rolagem". Os ativos individualmente significativos que são avaliados por "impairment" em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de "impairment" agrupado.

Adicionalmente, são provisionados os prêmios cuja vigência do risco de seguro tenha expirado, conforme regras da SUSEP.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo e observando também regras específicas dos reguladores de cada negócio da Companhia.

2.6.2 Títulos disponíveis para a venda

A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por "impairment" registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. Perdas por "impairment" em instrumentos de capital que são registradas no resultado do exercício não são revertidas em exercícios subsequentes.

2.6.3 Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como Intangíveis com vida útil definida e imobilizados e propriedades imobiliárias para investimento, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.7 Bens à venda

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, líquido das despesas que são de responsabilidade do comprador, como despesas de leilão do bem.

2.8 Custo de aquisição diferido (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices e são registrados na conta "Custos de aquisição diferidos". A Companhia não difere custos indiretos de comercialização.

2.9 Participações societárias

A Companhia possui investimentos em sociedade controlada, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.10 Ativo imobilizado de uso próprio

Compreende imóveis de uso próprio, utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos que não são depreciados) até a data das demonstrações financeiras. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia e esse gasto possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

2.11 Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguro e financeiro ou ambos. A Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados, como serviços a residências e automóveis, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, a Companhia não identificou contratos classificados como contratos de investimentos.

2.12 Passivos de contratos de seguros
2.12.1 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

A Companhia utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: teste de adequação de passivos - TAP; avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro; entre outras políticas aplicáveis.

A Companhia não aplicou os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada "pro rata" dia, para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, calculada líquida da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada, para os seguros de danos e seguros de pessoas, de acordo com metodologia específica descrita em NTA e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (administrativa e judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. É constituída provisão adicional para sinistros a liquidar (IBNeR) com o objetivo de estimar os valores dos ajustes que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos respectivos processos de análise até sua liquidação. Essa provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais descritas em NTA com base no desenvolvimento histórico de sinistros, para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais descritas em NTA com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução do CNSP.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alcováveis e não alcováveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

2.12.2 Teste de adequação dos passivos (TAP)

Em cada data de balanço, a Companhia elabora o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades (ou características de risco). Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura - PCC. Alguns contratos permitem que a Companhia adquira a titularidade sobre o ativo ou o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). A Companhia também tem o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, como subrogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

2.13 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

As provisões são constituídas para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Quando existem depósitos judiciais diretamente vinculados a provisões para processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, essas provisões são apresentadas líquidas dos respectivos depósitos. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.14 Reconhecimento de receitas
2.14.1 Prêmio de seguro e resseguro

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.12.1(a)). O imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.14.2 Receita de juros e dividendos recebidos

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio - JCP para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.16 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do exercício os efeitos de imposto de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 15%.

Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Os principais itens sujeitos a estimativas e julgamentos são:

3.1 Avaliação de passivos de seguros

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais da melhor estimativa do

valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total das provisões técnicas - seguro em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.414.447.

3.2 Avaliação das provisões de processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre esses casos e informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 84.313.

3.3 Cálculo de valor justo e "impairment" de ativos financeiros

A Companhia aplica regras de análise de "impairment" para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de "impairment" para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por "impairment".

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor total de caixa, equivalente de caixa, aplicações e prêmios a receber em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.644.244, para os quais existem R\$ 988 de provisão para risco de crédito.

3.4 Cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 42.542 (ativo) e R\$ 9.613 (passivo).

4. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários a identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A gestão de riscos compreende as seguintes categorias:

Riscos Financeiros

- Risco de Crédito: É a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

- Risco de Liquidez: É a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras.

- Risco de Mercado: É a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.

Riscos de Seguro

- Risco de Subscrição: É a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as suas expectativas e que possam comprometer o resultado das operações e o patrimônio da Companhia, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

Riscos não Financeiros

- Risco Operacional: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

- Outros: incluem os riscos de estratégia, de imagem e socioambiental. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado da Companhia e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, a Companhia exerce o gerenciamento dos riscos de modo integrado e de maneira independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais, e promovem o acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração (CAadm).

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional da Companhia e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a da Companhia possui a área de Gestão Corporativa de Riscos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Companhia, denominado Comitê de Risco Integrado - CRI. Este tem por atribuição assessorar o CAadm na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos, analisar os riscos relevantes que lhe forem submetidos, assim como validar as ações de mitigação e estratégias para desenvolvimento contínuo dos processos de gestão de risco.

4.1 Risco de crédito

O risco de crédito contempla as seguintes categorias:

(a) **Risco de Contraparte:** É a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Na Companhia, este risco é composto por:

(i) **Portfólio de Investimentos:** Para gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau de risco ("rating") mínimo de grau de investimento ("A") da contraparte divulgados por agências externas (S&P, Moody's e Fitch) e/ou de classificação interna (ratings internos). Na ausência de ratings externos, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essas contrapartes em seus graus de riscos (ratings internos), suportados por um processo de governança para devida avaliação e aprovação destas operações.

Em 31 de dezembro de 2014, 84,5% (85,1% em 31 de dezembro de 2013) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Da carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(ii) **Cessão de Risco:** Para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco (resseguro) a Companhia possui política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em ratings de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão de risco. Em 31 de dezembro de 2014 a exposição em resseguros a receber totalizava R\$ 2.027 (R\$ 3.820 em 31 de dezembro de 2013).

Os ativos de resseguro detidos pela Companhia, são exclusivamente compostos por créditos contra resseguradoras locais "rating" "A", atribuído pela agência de classificação de risco Fitch.

O total de ativos de resseguro é composto pelas contas "Operações com resseguradoras" e "Ativos de resseguro-provisões técnicas".

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** É a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação deste risco estão estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada (conforme a regulamentação vigente). Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 7.1.1.

4.2 Risco de liquidez

A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Neste contexto, estão estabelecidas regras de prazo máximo de vencimento das operações e rating da contraparte. Adicionalmente, a Companhia conta com a definição de caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez; simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2014		Dezembro de 2013	
	Fluxo de ativos financeiros (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos financeiros (ii)	Fluxo de passivos (iii)
Sem vencimento	104.832	-	22.410	16.398
Fluxo de 0 a 30 dias	288.832	16.081	259.146	15.239
Fluxo de 1 a 6 meses	341.155	746.426	157.220	636.766
Fluxo de 6 a 12 meses	45.444	235.854	23.560	182.327
Fluxo de acima de 1 ano	935.701	19.496	1.073.035	15.369
Total	1.715.964	1.017.857	1.535.371	866.099

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF: nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros.

4.3 Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco de mercado, e visto o perfil dos negócios, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. A Companhia conta com políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

Segue abaixo tabela com as exposições ao risco de mercado segregados por fator de risco:

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Selic/CDI	17,9%	47,9%
IPCA	26,4%	3,0%
Pré-fixados	36,3%	26,0%
Títulos privados	16,6%	23,1%
IGPM	2,9%	0,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade, testes de stress e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2014:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Juros pré-fixados	+/- 100 b.p.	15.254
	+/- 50 b.p.	8.786
	+/- 25 b.p.	2.797
	+/- 100 b.p.	4.359
Índices de preços	+/- 50 b.p.	2.281
	+/- 25 b.p.	939
	+/- 100 b.p.	235
Juros pós-fixados	+/- 50 b.p.	196
	+/- 25 b.p.	157

(*) B.P. = "basis points"

Ressalta-se que visto a capacidade dinâmica de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 Risco de subscrição

A Companhia, segmenta o risco de subscrição nas seguintes categorias de risco:

Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia investe em técnicas de análise e precificação do risco, utilizando modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para o produto.

Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados. Devido às incertezas em relação ao valor final para liquidação dos sinistros no futuro, as ações de mitigação do risco de provisão incluem dimensionamento das provisões fundamentadas no histórico do valor dos sinistros desde a sua ocorrência até a sua liquidação definitiva. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas.

Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco (limite máximo de garantia, etc.) elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Dada a relevância do risco de retenção, as exposições a eventos catastróficos e a concentração de riscos são monitoradas periodicamente por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites legais como, por exemplo, limite de retenção por risco aprovado pela SUSEP, assim como limites gerenciais, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

Adicionalmente, a Companhia estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes da Corporação, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.

Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Sinistralidade, e expectativas de prêmio de risco calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Taxas de juros de referência da SUSEP informadas pelo mercado para ativos e passivos. O indexador utilizado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, que é predominante nos contratos padronizados da Companhia.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

4.4.1 Automóveis

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual, ou coletiva no caso de frotas.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores, localizadores de veículos e gravação da numeração de chassis em diversas partes da carroceria do veículo.

A tabela a seguir apresenta a concentração de risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
São Paulo	52,5%	55,7%
Região Sul	15,6%	13,0%
Rio de Janeiro	13,0%	15,0%
Minas Gerais	6,6%	6,4%
Região Centro-Oeste	3,2%	2,6%
Outros	9,0%	7,2%
	100%	100%

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários.

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
	Bruto de Líquido de resseguro	Bruto de Líquido de resseguro
Premissas atuariais		
Aumento de 5% na frequência de sinistros	(56.068)	(55.510)
Aumento de 15% das despesas administrativas	(537)	(489)
Aumento de 15% das despesas com sinistros	(715)	(566)
Aumento de 10% do percentual de recuperação de salvados	8.878	7.882
Redução de 5% do percentual de recuperação de salvados e ressarcimentos	(4.439)	(3.941)

4.5 Risco operacional

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada pela área de Gestão Corporativa de Riscos, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos, para reduzir as ameaças até um nível aceitável ou para alcançar as oportunidades.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4.6 Gestão de capital

A estratégia de gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital da Companhia por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. A gestão de capital da Companhia conta com uma estrutura consolidada e centralizada, bem como atua de maneira ativa e prospectiva em sua gestão.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizontes de 3 anos, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. A estrutura de gerenciamento de capital

é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

A Companhia avalia sua suficiência de capital conforme os critérios emitidos pelo CNSP, SUSEP, ANS BACEN. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes a Companhia, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

A Companhia possui níveis de capital além do patamar exigido. Este nível de capitalização provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital adicional, como por exemplo, a parcela de risco de mercado das seguradoras, exigível a partir de 31 de dezembro de 2016. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 18 (f).

5. Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional - NTNs e Letras do Tesouro Nacional - LTNs.

6. Aplicações

6.1 Estimativa de valor justo

Dadas as características de curto prazo e as constantes avaliações de recuperabilidade que a Administração efetua, estima-se que os saldos contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, menos a perda ("impairment"), estejam próximos de seus valores justos.

6.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

	Dezembro de 2014			Dezembro de 2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	82.281	—	82.281	56.184	—	56.184
Fundos retidos - IRB	141	—	141	141	—	141
	82.422	—	82.422	56.325	—	56.325
Fundos exclusivos						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	116.020	—	116.020	139.885	—	139.885
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	81.453	—	81.453	414.760	—	414.760
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C	29.135	—	29.135	20.183	—	20.183
Letras Financeiras - privadas	—	20.019	20.019	13.758	13.758	27.516
Debêntures	—	6.761	6.761	56.444	56.444	63.205
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	4.769	—	4.769	4.676	—	4.676
Depósitos a prazo com Garantia Especial (DPGE)	—	3.936	3.936	—	3.447	3.447
Outros	167	—	167	—	—	—
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	—	—	—	1.807	1.807	3.614
	231.544	30.716	262.260	579.504	75.456	654.960

Carteira própria

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Letras Financeiras - privadas	—	98.410
Depósitos a prazo com Garantia Especial (DPGE)	—	5.119
	—	103.529
Total	313.966	134.245

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Letras Financeiras - privadas	—	86.703
Depósitos a prazo com Garantia Especial (DPGE)	—	4.555
	—	91.258
Total	313.966	134.245
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria	44%	77%

7. Créditos das operações com seguros

7.1 Prêmios a receber

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Prêmios a receber de segurados	367.727	—
Redução ao valor recuperável	(988)	—
	366.739	—
Prêmios a receber dessegurados	301.248	—
Redução ao valor recuperável	(273)	—
	300.975	—
Total	667.982	—

7.1.1 Composição quanto ao prazo de vencimento

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
A vencer	508.956	393.082
Vencidos de 1 a 30 dias	20.240	19.629
Vencidos de 31 a 60 dias	161	162
Vencidos de 61 a 120 dias	131	117
Acima de 121 dias	220	198
	529.708	413.188
Redução ao valor recuperável	(988)	(307)
	528.720	412.881

Do total de apólices emitidas em 2014, 79% foram parceladas em até 4 meses (78% em 31 de dezembro de 2013).

7.1.2 Movimentação

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Saldo inicial	412.881	340.219
(+) Prêmios emitidos	2.245.592	1.840.600
(+) IOF	165.470	135.983
(+) Adicional de fracionamento	64.212	58.493
(-) Prêmios cancelados	(71.093)	(59.217)
(-) Recebimentos	(2.287.661)	(1.903.132)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(681)	(65)
Saldo final	528.720	412.881

8. Tributos

8.1 Créditos tributários e previdenciários

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Circulante		
Imposto de renda	79	51
Outros	5	6
	84	57

Não Circulante

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos (vide nota 8.2.1)	30.788	30.011
Créditos tributários de PIS e COFINS (i)	12.651	13.803
Outros	31	31
Redução ao valor recuperável	(928)	(928)
	42.542	42.917

(i) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados.

8.2 Tributos diferidos

8.2.1 Ativo

	Dezembro de 2013	Const. - Reversão	Dezembro de 2014
Diferenças temporárias decorrentes de: (*)			
Provisão para obrigações legais - COFINS (i)	2.136	—	2.136
Provisão para obrigações legais - PIS (i)	1.582	—	1.582
Provisão para obrigações legais - INSS (ii)	6.551	—	6.551
Provisão fiscal - outras (i)	2.473	—	2.473
Provisão para processos judiciais (ii)	6.626	454 (176)	6.904
Provisão passivas não dedutíveis	3.016	(750)	2.266
Redução ao valor recuperável de ativos	6.368	1.454	7.822
Outros (**)	1.259	470 (675)	1.054
	30.011	2.378 (1.601)	30.788

(*) A Administração, utilizando estudos técnicos baseados em suas projeções futuras de resultados tributáveis e em outros fatores aprovados pelos órgãos de governança da Companhia e estima as seguintes capacidades de realização:

(i) Vide nota explicativa nº 8.2.1.1.

8.2.1.1 Estimativa de realização - provisão para obrigações legais

Os créditos tributários de diferenças temporárias sobre provisões para obrigações legais são efetuadas sobre processos envolvendo, questões tributárias, cuja estimativa de realização depende do desfecho da ação. Caso houvesse o desfecho de todas as ações tributárias classificadas como "obrigações legais", de forma favorável e desfavorável para a Companhia, os créditos tributários, em 31 de dezembro de 2014, realizar-se-iam no

12. Imobilizado

	Saldo residual em Dezembro de 2013	Movimentações			Dezembro de 2014	
		Aquisições	Transferências (ii)	Despesas de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terenos	1.497	—	149.250	—	150.747	—
Edificações (i)	12.810	—	70.712	(8.628)	88.857	83.056
Imóveis de uso	14.307	—	219.962	(8.628)	239.604	(5.801) 233.803
Informática	1.809	1.541	—	(42)	1.060	4.636
Móveis, máquinas e utensílios	2.002	240	—	(18)	316	1.908
Rastreadores	2.588	2.899	—	(2.121)	6.345	3.366
Bens móveis de uso	7.332	4.680	—	(60)	(3.497)	(9.010) 7.522
Obras em andamento	—	—	33.211	—	33.211	—
Outras imobilizações	1.550	521	—	(27)	676	3.975
Outras imobilizações	617	521	33.211	(27)	(676)	(2.607) 34.579
	22.256	5.201	253.173	(87)	(12.801)	275.904

(i) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

(ii) Em 18 de dezembro de 2014 a Companhia registrou a integralização do aumento de capital por aquisição de imóveis da Perto Seguro Companhia de Seguros Gerais, no montante de R\$ 253.173.

6.1.2 Títulos disponíveis para venda

	Dezembro de 2014		Dezembro de 2013	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total

Carteira própria

Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	258.198	—	258.198	237.033
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	282.953	—	282.953	—
Debênt				



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF: nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não observou evidências objetivas de "impairment" para os ativos imobilizados e para os ativos intangíveis em 2014 e não houve reconhecimento de perdas.

13. Contas a pagar

13.1 Obrigações a pagar

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Serviços de assistência	27.097	20.142
Dividendos a pagar	20.450	18.860
Participação nos lucros a pagar	19.348	18.786
Transações com partes relacionadas (*)	14.409	11.240
Provisão de benefícios a empregados	1.519	1.210
Cheques emitidos e não compensados	1.924	2.142
Outras obrigações	309	1.853
	85.056	74.233
Circulante	83.537	73.023
Não Circulante	1.519	1.210

(*) Ver nota explicativa nº 27 (i).

13.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Imposto sobre operações financeiras - IOF	36.317	28.336
Outros	2.810	1.838
Contribuições previdenciárias e FGTS	1.640	1.404
Imposto sobre serviços - ISS	1.104	775
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	767	1.275
	42.638	33.628

13.3 Encargos trabalhistas

Correspondem à provisão de férias e aos respectivos encargos sociais.

14. Débitos de operações com seguros e resseguros - corretores de seguros e resseguros

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

15. Depósitos de terceiros

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. A tabela a seguir demonstra a abertura por prazos:

	De 1 a 30 dias	De 1 a 6 meses	Total
Cobrança antecipada de prêmios	1.034	7	1.041
Prêmios e emolumentos recebidos	9.998	-	9.998
Total em 31 de dezembro de 2014	11.032	7	11.039
Total em 31 de dezembro de 2013	13.578	19	13.597

16. Provisões técnicas

16.1 Danos

	Dezembro de 2014		Dezembro de 2013	
	Bruto de líquido de resseguro	resseguro	Bruto de líquido de resseguro	resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.112.216	1.112.216	895.803	895.803
Sinistros e benefícios a liquidar	239.864	238.105	207.860	206.046
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	56.768	56.768	37.099	35.293
Demais provisões	2.563	2.563	1.820	1.820
	1.411.411	1.409.652	1.142.582	1.138.962

16.2 Pessoas

	Dezembro de 2014		Dezembro de 2013	
	Bruto de líquido de resseguro	resseguro	Bruto de líquido de resseguro	resseguro
Sinistros e benefícios a liquidar	2.837	2.837	2.975	2.975
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	191	191	154	134
Demais provisões	8	8	6	6
	3.036	3.036	3.135	3.115

16.3 Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
Total das provisões técnicas (A)	1.416.073	1.147.286
Direitos creditórios (i)	439.070	339.362
Custo de aquisição diferidos	142.055	111.604
Operações com resseguradoras	1.759	3.640
Depósitos Judiciais	-	363
Fundos e reservas retidos pelo IRB	141	141
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	583.025	455.110
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	833.048	692.176
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	99.960	-
Títulos de renda fixa - públicos	541.152	237.033
Quotas de fundos de investimento	382.901	515.132
Títulos de renda fixa - privados	138.899	86.704
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	1.062.952	838.869
Excedente (E - C - D)	129.944	146.693

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

(ii) A Resolução CNSP nº 302/13 (substituída pela nº 316/14) passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido - CMR em títulos do Tesouro Nacional (ou fundos compostos por esses títulos). O cálculo do CMR está demonstrado na nota explicativa nº 19(f).

16.4 Movimentação de saldos patrimoniais de contratos de seguro e resseguro

	Dezembro de 2014		Dezembro de 2013	
	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo no início do exercício	1.147.286	3.640	937.741	1.802
Constituições decorrentes de prêmios	2.145.972	-	1.758.874	-
Diferimento pelo risco decorrido	(1.839.992)	-	(1.503.371)	-
Aviso de sinistros	1.337.856	152	1.075.673	1.177
Pagamento de sinistros	(1.314.404)	(255)	(1.037.547)	(105)
Atualização monetária e juros	1.877	-	41	-
Outras (constituição/reversão)	(62.520)	(1.777)	(84.125)	766
Saldo no final do exercício	1.416.075	1.760	1.147.286	3.640

16.5 Comportamento da provisão de sinistros

A tabela a seguir demonstra o comportamento das provisões para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro:

	Dezembro									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014		
Provisões para sinistros no fim do exercício anterior	88,5	101,1	116,7	88,4	121,6	158,7	177,6	193,7		
Sinistros avisados	- 336,5	422,9	572,9	770,4	875,9	1.065,1	1.265,1			
Exercício atual	- 333,5	405,8	551,3	755,5	848,0	1.027,3	1.215,3			
Exercícios anteriores	- 3,0	17,1	21,6	14,9	27,9	37,8	49,8			
Pagamentos	- 320,9	451,2	539,7	733,2	857,0	1.049,0	1.238,6			
Exercício atual	- 284,4	387,9	478,9	640,8	729,1	907,4	1.102,3			
Exercícios anteriores	- 36,5	63,3	60,8	92,4	127,9	141,6	136,3			
Provisões para sinistros no fim do exercício - bruto de resseguro	101,1	116,7	88,4	121,6	158,8	177,6	193,7	220,2		
DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	81,3		
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	1,3		
Total								302,8		
Provisões para sinistros no fim do exercício - líquido de resseguro	97,5	114,2	83,9	116,8	158,6	176,0	190,1	218,4		

(*) Não inclui DPVAT e retrocessão. A inclusão dessas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que tais provisões não são materiais (retrocessão) ou são calculadas com base em diferentes metodologias (DPVAT). O critério de apresentação das provisões para sinistro é sua data de ocorrência. A tabela a seguir demonstra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros (em milhões). A linha "sobra (falta) cumulativa" reflete a diferença entre o último valor da provisão reestimada e o valor da provisão estabelecida originalmente. Essa tabela demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Provisões para sinistros	88,5	101,1	116,7	88,4	121,6	158,7	177,6	193,7	220,2
Valor cumulativo e pago									
Um ano mais tarde	30,0	36,5	63,4	60,8	92,4	127,9	141,5	136,3	-
Dois anos mais tarde	34,9	40,7	68,3	69,7	105,4	137,3	150,2	-	-
Três anos mais tarde	38,1	44,4	75,3	79,2	111,9	144,9	-	-	-
Quatro anos mais tarde	41,4	50,1	83,0	84,5	118,0	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	46,8	56,8	86,5	89,6	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	52,9	59,6	90,6	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	55,3	63,1	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	58,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões reestimadas									
Um ano mais tarde	32,3	25,2	28,4	35,2	30,1	36,8	41,9	42,7	-
Dois anos mais tarde	20,5	23,1	31,3	25,6	32,0	36,0	35,6	-	-
Três anos mais tarde	19,0	25,4	20,6	27,6	30,2	29,4	-	-	-
Quatro anos mais tarde	21,0	17,2	23,0	25,6	23,8	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	15,1	19,7	21,4	19,4	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	17,8	18,4	15,5	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	16,7	12,8	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	11,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobra (falta) cumulativa - bruta de resseguro	19,2	25,2	10,6	(20,6)	(20,2)	(15,6)	(8,3)	14,7	220,2
DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	81,3	-
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	1,3	-
Total								302,8	
Sobra (falta) cumulativa - líquida de resseguro	18,3	24,4	10,8	(22,4)	(22,9)	(13,8)	(9,2)	11,0	218,4

16.6 Provisão de sinistros a liquidar - judicial

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2014		Dezembro de 2013	
	Bruto de líquido de resseguro	resseguro	Bruto de líquido de resseguro	resseguro
Saldo inicial	43.429	41.661	43.066	41.716
Total pago no período	(9.818)	(9.700)	(7.682)	(7.899)
Novas constituições no período	2.378	2.378	2.118	2.118
Baixas da provisão por êxito	(2.618)	(2.618)	(2.060)	(2.060)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	14.509	14.441	7.101	6.900
Alteração da provisão por atualização monetária e juros (i)	1.876	1.876	886	886
Saldo final (ii)	49.756	48.038	43.429	41.661
Quantidade de processos	2.936	2.936	2.518	2.518

(i) Atualização monetária de acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

(ii) Não incluem saldos de DPVAT.

17. Previdência complementar

De acordo com a Lei Complementar nº 109/01, as seguradoras não podem operar com previdência complementar, devendo constituir uma sociedade independente. No primeiro semestre de 2003, a Companhia transferiu parte de sua carteira para outras entidades no mercado. Para o montante referente ao "Plano Auxiliar Previdência", comercializado anteriormente pela Auxiliar Seguradora S.A. (empresa incorporada com denominação de Rio Branco Seguradora S.A.), a Companhia mantém na rubrica "Provisão de benefícios a regularizar" a parcela referente aos participantes que ainda não se pronunciaram com relação ao resgate total do citado plano de previdência, após a publicação de convocação em jornal de grande circulação.

18. Outros débitos - provisões judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível.

As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Trabalhistas (d)				Cíveis (e)				Total					
	Fiscais (a)		Ihísticas (d)		Cíveis (e)		Total		Fiscais (a)		Ihísticas (d)		Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	58.579		4.813		11.447		74.839		58.579		4.813		74.839	
Constituições	1.671	615	8.780	11.066	-	-	-	-	1.671	615	8.780	11.066	-	-
Enc. Êxito/reversões	(2.015)	(1.525)	(8.551)	(12.091)	-	-	-	-	(2.015)	(1.525)	(8.551)	(12.091)	-	-
Atualização monetária	3.367	108	847	4.322	-	-	-	-	3.367	108	847	4.322	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	61.602		4.011		12.523		78.136		61.602		4.011		78.136	
Constituições	850	1.103	5.015	6.968	-	-	-	-	850	1.103	5.015	6.968	-	-
Enc. Êxito/reversões	(140)	(104)	(2.588)	(2.832)	-	-	-	-	(140)	(104)	(2.588)	(2.832)	-	-
Pagamentos	-	(168)	(2.227)	(2.395)	-	-	-	-	-	(168)	(2.227)	(2.395)	-	-
Atualização monetária	4.771	304												

